



EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DA
COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0853916-39.2022.8.19.0001

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, na pessoa do advogado **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial da **MASSA FALIDA DE BRASIL SUPPLY S.A., BSCO NAVEGAÇÃO S.A., BS FLUIDOS LTDA. e BS LOGÍSTICA LTDA.**, nos autos da **Falência** em epígrafe, vem a Vossa Excelência, em atenção ao despacho de Id. 219885206, **manifestar-se**, na forma que segue.

01. Por meio do referido despacho, este r. Juízo determinou, dentre outras providências, que o cartório certificasse a publicação do edital contendo a relação de credores deste Administrador Judicial, bem como que este auxiliar se manifeste acerca do interesse em prosseguir na condução do presente feito.

02. Inicialmente, cumpre esclarecer que, não obstante os questionamentos apresentados pelas Falidas, na pessoa de seus representantes, este Administrador Judicial mantém íntegro seu compromisso de auxiliar este r. Juízo na condução deste processo falimentar, notadamente na arrecadação de bens e na defesa dos interesses da Massa Falida, seja em Juízo ou fora dele, não havendo, em qualquer hipótese, dúvidas quanto à continuidade do exercício do honroso múnus que lhe foi confiado.



03. Vale lembrar às Falidas, inclusive, que a atuação desta Administração Judicial não se limita a estes autos falimentares, estando inserida também em todos os feitos correlatos, incidentes de habilitação e impugnação de crédito, execuções fiscais, além de demandas em que a Massa Falida é credora.

04. Confiando restar superado este ponto, diante da elucidação de que este Administrador Judicial segue empreendendo todos os esforços para cumprir, com zelo e diligência, o encargo que lhe foi atribuído, passa-se a uma breve digressão acerca dos últimos andamentos processuais, sintetizando-se, mais à frente, as atividades em curso por este auxiliar e sua equipe.

I. Breve resumo dos últimos andamentos

05. Conforme se depreende dos autos, logo após este Administrador Judicial apresentar, em Id. 159185573, a relação de credores retificada, na forma do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005, este r. Juízo determinou, por meio do r. despacho de Id. 165479181, que esta Ilustre Serventia promovesse a publicação do edital pertinente, tal como requerido na sobredita petição.

06. Antes mesmo de efetivada a publicação do referido edital, a credora Novo Horizonte Jacarepaguá Importação e Exportação S.A, manifestou-se para indicar os dados bancários que deverão ser utilizados para pagamento de seu crédito (Id. 173247577).

07. Na sequência, este Administrador Judicial, em cumprimento ao despacho de Id. 174506993, apresentou relatório atualizado sobre o andamento processual, ocasião em que demonstrou todas as medidas que vêm sendo adotadas para o regular prosseguimento do feito.

08. Posteriormente, por meio de Id. 186061794, a credora Novo Horizonte Jacarepaguá Importação e Exportação S.A apresentou pedido de reserva de crédito no valor de R\$ 65.321,85, este que, supostamente, encontra-se *sub judice* nos autos da ação monitória nº 0011703-20.2019.8.19.0207.



09. Em Id. 193501072, a Serventia disponibilizou nos autos o edital contendo a relação de credores da Massa Falida, nos termos do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005.
10. A empresa Abbott Laboratórios do Brasil se manifestou no Id. 214199183, para declarar concordância com a inclusão de seu crédito, no valor de R\$ 5.151,20, na classe dos credores quirografários.
11. Na mesma linha, a credora Forship Engenharia manifestou-se no Id. 215109447, requerendo, em síntese, a intimação deste Administrador Judicial para, respeitado o sigilo imposto, informar nos autos se houve avanço nas diligências investigatórias e arrecadatórias até o momento.
12. Por meio de Id. 216751008, as Falidas peticionaram requerendo o prosseguimento do feito, oportunidade em que pleitearam a publicação do edital disponibilizado por este Administrador Judicial e, ainda, o reenvio dos ofícios que permanecem pendentes de resposta pelos órgãos públicos competentes.
13. Alguns dias depois, a credora Diesel Line Cambuí Ltda. se manifestou para informar os dados bancários a serem utilizados para o pagamento de seu crédito (Id. 219480800).
14. No Id. 219972139, o credor Joaquim Castro, amparado por certidão de crédito expedida nos autos da ação trabalhista nº 0001148-63.2018.5.08.0003, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Belém, apresentou habilitação de crédito no valor de R\$ 241.633,46.
15. Diante de tais requerimentos, foi proferido o despacho de Id. 219885206, que ora se cumpre, determinando o prosseguimento do feito e a intimação deste Administrador Judicial. *Verbis*:

Ao cartório para certificar se houve a publicação do edital da relação de credores de index 193501072. Em caso negativo, publique-se. Expeçam-se os ofícios pendentes de resposta pelos órgãos públicos, conforme pleiteado na petição de index 72830814 e deferido pela decisão de index 145822423. Intime-se o Administrador Judicial para se manifestar acerca de seu interesse em prosseguir no presente feito, conforme requerido pelas falidas



no index 216751008 e para informar se houve avanço nas diligências investigatórias e arrecadatórias até o momento, sinalizando, ainda que de forma sintética, o estágio atual das providências em curso, respeitado o sigilo imposto, conforme requerido no index 215109447. Excluem-se as habilitações juntadas aos autos, informando aos habilitantes que as habilitações devem vir pela via própria, em forma de incidente.

16. Em atenção ao determinado, a zelosa serventia certificou, em Id. 225120497, que reenviou todos os ofícios expedidos em janeiro de 2023, os quais, até então, não tinham sido respondidos, são eles:

(i) Id. 41586103: Ofício enviado ao 2º Ofício do Registro de Interdições e Tutelas-RJ;

(ii) Id. 41595495: Ofícios enviados ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º Ofícios dos Registros Gerais de Imóveis do Rio de Janeiro;

(iii) Id. 41594751: Ofícios enviados ao 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registros de Protestos de Títulos;

(iv) Id. 41595456: Ofício enviado ao Presidente da Junta Comercial do Rio de Janeiro - JUCERJA;

(v) Id. 41587057: Ofício enviado ao Delegado da Delegacia de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal e ao Superintendente do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro;

(vi) Id. 41595980: Ofício enviado ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

(vii) Id. 41589122: Ofício enviado ao Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;



(viii) Id. 41588117: Ofício enviado ao Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT ;

(ix) Id. 41594780: Ofício enviado ao Secretário da Secretaria da Receita Federal do Brasil no Estado do Rio de Janeiro;

(x) Id. 41589147: Ofícios enviados ao Diretor do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e ao Gerente do Banco Do Brasil - Ag Palácio da Justiça;

(xi) Id. 41594114: Ofício enviado ao Presidente do Banco Central do Brasil - DEPTO Regional do Rio de Janeiro;

(xii) Id. 41589978: Ofícios enviados ao Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal do Rio de Janeiro, Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Procurador-Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro e ao Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro;

(xiii) Id. 41590888: Ofício enviado ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil,

(xiv) Id. 41591568: Ofício enviado ao Presidente do Detran/RJ;

(xv) Id. 41593055: Ofício enviado ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

(xvi) Id. 41592354: Ofício enviado ao Presidente do Tribunal Marítimo da Marinha do Brasil;

(xvii) Id. 41587086: Ofício enviado ao Oficial do Cartório do Ofício de Notas e Registros de Contratos Marítimos;

(xviii) Id. 41592571: Ofício enviado ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; e

(xix) Id. 41593531: Ofício enviado ao Superintendente da SUSEP.



17. No prosseguimento do feito, verifica-se que alguns destes ofícios já foram respondidos, notadamente aqueles encaminhados à Superintendência de Seguros Privados (Id. 225443109); à Comissão de Valores Mobiliários (Id. 225447864); à Neon Pagamentos S.A. (Id. 226390152); ao 9º Ofício de Registro de Imóveis (Id. 227213248); ao 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas (Id. 227242216); à Receita Federal do Brasil (Ids. 227542543 e 227542492); ao 1º Ofício de Protesto de Títulos do Rio de Janeiro (Id. 228117880); e à Polícia Federal (Id. 228154626), cujas respostas serão analisadas mais à frente.

18. Exposto, portanto, o breve resumo dos últimos andamentos processuais, este Administrador Judicial, com o objetivo de promover o regular prosseguimento do feito e dar fiel cumprimento ao despacho de Id. 219885206, passa a apresentar, a seguir, suas considerações.

II. Das atividades em curso:

Escorreito cumprimento do *munus* confiado por este r. Juízo

19. Consoante já exposto alhures, as atribuições deste Administrador Judicial transcendem os limites deste processo, sendo certo que, na qualidade de representante da Massa Falida, exerce suas funções em diversos outros feitos judiciais nos quais ela figura como parte – ou mesmo como interessada –, bem como em todas as demandas extraprocessuais em que se faz necessário defender os interesses da Massa, o que exige constante diligência e equipe dedicada a este mister.

20. Desde sua nomeação, a conduta deste Administrador Judicial tem se pautado por elevado grau de zelo, responsabilidade e estrita observância às disposições legais e às determinações deste juízo, abrangendo, entre outras providências, a atuação e acompanhamento de ações trabalhistas, ordinárias e execuções fiscais em trâmite tanto na Justiça Estadual quanto na Justiça Federal – sendo uma delas relevante Ação de Busca e Apreensão envolvendo embarcações que deveriam compor a Massa –, inclusive em sede recursal.

21. A conduta diligente desta Administração Judicial, inclusive, fez com que a Massa Falida, e, indiretamente, a coletividade de credores, tivesse êxito no Agravo de Instrumento nº 0043970-11.2024.8.19.0000, por meio do qual as Falidas pretendiam obstar a consulta, via sistema INFOJUD, dos seus bens e rendimentos, bem como de



seus sócios, controladores e administradores, deferida por este r. Juízo, a despeito de ser evidente que se trata de medida essencial e habitual em processos de falência, sobretudo em prol da escoceita busca de bens para arrecadação.

22. Em razão da atuação técnica desta Administração Judicial, a Massa Falida também logrou êxito em receber a quantia oriunda do Cumprimento de Sentença nº 0059137-46.2016.8.19.0001, em face da Petrobrás, devidamente atualizada, o que trará para a apresente falência quantia expressiva, a fim de possibilitar o início do pagamento em rateio, de acordo com a ordem de preferência estabelecida pela Lei 11.101/2005.

23. Quanto à Falência presente, assenta-se que as diligências preliminares de arrecadação de bens e direitos possuem como condição de eficácia a obtenção de informações oriundas de ofícios, requisições e consultas patrimoniais expedidas nestes autos, as quais, até recentemente, encontravam-se pendentes de resposta por parte dos respectivos destinatários.

24. Esta Administração Judicial tem mantido constante vigilância sobre tais diligências, promovendo reiteradas cobranças e acompanhamentos, ao mesmo tempo em que concentra esforços em frentes paralelas - notadamente, nos processos incidentais e satélites em curso - com vistas à tutela dos interesses da Massa Falida.

25. Assim, a conduta deste Administrador Judicial tem sido orientada por critérios de diligência, cautela e eficiência, buscando otimizar seus esforços sem sobrecarregar desnecessariamente a zelosa serventia, de modo a assegurar, em última análise, que não se tumultue o feito, respeitando os trâmites processuais, sempre com o compromisso de resguardar os interesses da Massa e dos credores.

III. Providências necessárias ao prosseguimento do feito

III.a. Publicação do Edital previsto no art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005

26. Para o prosseguimento do feito e cumprimento das demais determinações da Lei de Regência, faz-se necessário, antes de tudo, seja promovida a publicação do edital disponibilizado por este Administrador Judicial.



27. Assim, considerando que na certidão de Id. 228156995 foi informado que o edital ainda não foi publicado em razão da necessidade de recolhimento das custas processuais, e tendo em vista que a Massa Falida ainda não dispõe de qualquer numerário disponível para o pagamento de tais despesas – e, ainda, que os futuros numerários disponíveis devem ser destinados ao pagamento do passivo falimentar –, **requer-se a concessão do benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil.**

28. Faz bem destacar, desde logo, que o pedido de gratuidade ora submetido a este r. Juízo visa garantir a execução de atos indispensáveis ao andamento do feito, sem os quais a presente Falência não irá a lugar algum, o que prejudicará toda a coletividade de credores, representados pela Massa Falida subjetiva.

29. Considerando, portanto, que a publicação do edital previsto no art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005 é medida imprescindível para o regular prosseguimento do feito, bem como que a Massa Falida não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas da publicação, e, ainda, que tais recursos, quando disponíveis, devem se voltar ao pagamento do passivo falimentar, **requer-se, nos termos dos artigos 98 e 99 do CPC, a concessão da gratuidade de justiça, não só para a publicação do edital em questão, como também para os demais atos processuais necessários ao prosseguimento do feito.**

III.b. Dos ofícios enviados e suas respectivas respostas

30. Por meio da petição de Id. 216751008, as Falidas requereram o reenvio de ofícios que, até então, estavam pendentes de expedição por este r. Juízo.

31. Pedido semelhante foi feito por este Administrador Judicial em sua manifestação de Id. 78430078, oportunidade em que **pugnou pela expedição de ofício ao Cartório do 2º Registro de Imóveis, para que apresente as certidões nº 23/1855, 23/1856, 23/1857 e 23/1858, referentes aos imóveis pertencentes à Vibra Energia S.A., acionista da Falida Brasil Supply S.A., considerando que, em sua resposta (Id. 44242542), foi indicada a existência de tais matrículas, mas não foram apresentados seu inteiro teor.**



32. Na mesma ocasião, **requereu fossem expedidos ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro**, para que informem a existência de bens e direitos em nome dos sócios, acionistas e administradores da Falidas indicados na relação de Id. 33627495. Ambos os requerimentos foram deferidos na r. decisão de Id. 97844467.

33. Ocorre que, apesar de a certidão de Id. 225120497 indicar que foram reenviados ofícios, este Administrador Judicial constatou que foram reenviados apenas os ofícios expedidos em janeiro de 2023, não havendo nos autos qualquer informação de que os ofícios requeridos por este subscritor foram efetivamente expedidos.

34. Diante disso, a fim de viabilizar o regular prosseguimento do feito, **requer-se a imediata expedição de todos os ofícios anteriormente indicados**, por se tratar de diligências imprescindíveis à adequada instrução processual.

35. No ensejo, este Administrador Judicial **exara sua ciência** quanto às respostas encaminhadas pela Superintendência de Seguros Privados (Id. 225443109) e pela Comissão de Valores Mobiliários (Id. 225447864), que informaram que o envio de ofícios por correio eletrônico não constitui meio adequado de comunicação com tais entidades, sendo necessário, portanto, que os referidos pedidos sejam protocolados diretamente por meio dos sistemas eletrônicos oficiais do governo.

36. Ademais, **manifesta sua ciência** acerca da resposta enviada pela Neon Pagamentos S.A, que informou da necessidade de os ofícios judiciais serem enviados para a caixa de oficios@neon.com.br.

37. Do mesmo modo, **exara sua ciência** quanto à resposta de ofício de Id. 227213248, proveniente do 9º Ofício de Registro de Imóveis, que informou a existência de imóvel de titularidade da Vibra Energia S.A. (matrícula nº 207.591). Registra, ainda, a ciência da resposta prestada pelo 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas, que esclareceu a necessidade de remessa do ofício à 1ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital (Id. 227242216).

38. Outrossim, **registra sua ciência** quanto à resposta encaminhada pela Receita Federal, a qual alegou impossibilidade de atendimento da requisição em virtude da ausência de assinatura deste Excelentíssimo Juiz no respectivo ofício (Id. 227542543 e 227542492), assim como da resposta enviada pelo Tabelião do 1º Ofício de Protesto de Títulos do Rio de Janeiro, conforme documento acostado sob Id. 228117880.



39. **Registra, ademais, ciência** acerca da resposta encaminhada pela Polícia Federal (Id. 228154626), por meio da qual foi solicitada a prestação de esclarecimentos quanto à forma de cumprimento do ofício requisitório que lhe foi enviado.

40. Ciente, portanto, de todas as respostas recebidas, **requer**: **(i)** sejam enviados os ofícios indicados nos itens 32 e 33 desta manifestação; **(ii)** sejam protocolados, na forma informada nas respostas de Id. 225443109 e 225447864, os ofícios direcionados à SUSEP e à CMV; e, por fim, **(iii)** sejam prestados os esclarecimentos suscitados pelo delegado de Polícia Federal no Id. 228154626, no sentido de que os representantes das Falidas não podem se ausentar do lugar onde se processa a falência sem motivo justo e comunicação expressa ao Juízo, e sem deixar procurador bastante, na forma do art. 104, III, da LRF.

Eminente Magistrada

Ante todo o exposto, este Administrador Judicial, visando o regular prosseguimento do rito falimentar, requer:

(i) seja concedida, nos termos dos artigos 98 e 99 do CPC, a gratuidade de justiça aqui pretendida, não só para a publicação do edital ainda pendente, como também para os demais atos processuais necessários ao prosseguimento do feito;

(ii) seja expedido ofício ao Cartório do 2º Registro de Imóveis, para que apresente as certidões nº 23/1855, 23/1856, 23/1857 e 23/1858, mencionadas no Ofício de Id. 44242542, relativas aos imóveis pertencentes à Vibra Energia S.A, acionista da Falida Brasil Supply S.A.;

(iii) seja expedido ofício aos Cartórios de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, para que informem a existência de bens e direitos em nome dos sócios, acionistas e administradores da Falidas indicados na relação de Id. 33627495;



(iv) sejam protocolados, na forma informada nas respostas de Id. 225443109 e 225447864, os ofícios direcionados à SUSEP e à CMV;

(v) sejam prestados os esclarecimentos suscitados pelo delegado de Polícia Federal no Id. 228154626, no sentido de que os representantes da Falida (indicados no Id. 33627495) não podem se ausentar do lugar onde se processa a falência sem motivo justo e comunicação expressa a este Juízo, e sem deixar procurador bastante, na forma do art. 104, III, da LRF; e

(vi) seja realizada a pesquisa, via sistema INFOJUD, das 05 (cinco) últimas declarações de bens e rendimentos das sociedades falidas e de seus sócios, acionistas e administradores, indicados na relação de Id. 33627495, conforme já deferido no Id. 165479181, com observância ao sigilo determinado no Agravo de Instrumento nº0043970-11.2024.8.19.0000 – disponibilizando-se a consulta apenas a este AJ, à ilustre magistrada e ao membro do *Parquet*.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2025.

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS
JULIO MATUCH DE CARVALHO
Administrador Judicial
OAB/RJ 98.885

MURILO MATUCH DE CARVALHO
OAB/RJ 137.860

MICHELLE SAMPAIO
OAB/RJ 201.825

JOHAN TRINDADE
OAB/RJ 228.748

LARA TORRES
OAB/RJ 256.603